



CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL (CNR)
Ata da 4^a reunião, realizada em 8 de novembro de 2021

1 Em 8 de novembro de 2021, reuniu-se ordinariamente a Câmara Normativa e
2 Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
5 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente suplente Thiago
6 Figueiredo Santana, representante da SEMAD. Representantes do poder
7 público estadual: Verônica Ildefonso Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado
8 de Governo (Segov); Felipe Faria de Oliveira, do Ministério Público do Estado
9 de Minas Gerais (MPMG); Ariel Chaves Santana Miranda, da Secretaria de
10 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Rafael Augusto
11 Fiorine, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede);
12 Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e
13 Mobilidade (Seinfra). Representantes do poder público municipal: Antônio
14 Geraldo de Oliveira, da Prefeitura Municipal de Patrocínio; Eduardo Machado de
15 Faria Tavares, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Meirelene Arantes dos
16 Reis, da Prefeitura Municipal de São João do Manteninha; Lucas de Oliveira
17 Castro, da Prefeitura Municipal de Viçosa; Nayara Gabrielli de Freitas Borges,
18 da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara. Representantes dos usuários de
19 recursos hídricos: Denise Bernardes Couto, da Federação das Indústrias do
20 Estado de Minas Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação
21 da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); João Carlos de
22 Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Nelson Cunha Guimarães, da
23 Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Jadir Silva de Oliveira,
24 da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig).
25 Representantes da sociedade civil: Helena Lúcia Menezes Ferreira, do
26 Conselho Regional de Biologia (CRBio-04); Maria Teresa Viana de Freitas
27 Corujo, do Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas; Armando Gallo Yahn Filho,
28 da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do
29 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea/MG);
30 Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da Universidade
31 Federal de Minas Gerais (UFMG) – Campus Montes Claros. Assuntos em
32 pauta. **1) ABERTURA.** O presidente suplente Thiago Figueiredo Santana
33 declarou aberta a 4^a reunião da Câmara Normativa e Recursal. **2) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheira Maria Teresa Viana de
34 Freitas Corujo: “Primeiro lembrar a necessidade de se incluir junto com a pauta
35 da última reunião, de outubro, a apresentação feita sobre a bacia do rio
36

37 Paracatu. Não se encontra no site. Ficou combinado que iriam ser inseridos no
38 site os dados sobre as outorgas de água subterrânea, mas não estão ainda
39 disponíveis. Uma segunda informação que nós queremos trazer para esta
40 Câmara é algo que está preocupando, que é a lavra de aluvião de ouro. Embora
41 na DN 74 e na DN 217 tenham se mantido os critérios para classificação, nós
42 estamos sendo surpreendidos, inclusive, com uma concessão no rio das
43 Velhas. Todas são licenças ambientais simplificadas, dadas pelas
44 Superintendências, pelas Suprams. Uma delas, inclusive no leito do rio das
45 Velhas, no trecho de Rio Acima, antes da captação de Bela Fama. Tem uma
46 outra que fomos demandados a poder levar alguma orientação, que é no rio
47 Araçuaí, também antes de captações de água de abastecimento público. E uma
48 envolvendo ainda a fase de pesquisa no rio Santo Antônio, em Ferros. Eu quis
49 trazer aqui, em nome do Instituto Guaicuy e de quem atua na questão de águas,
50 diante da grande preocupação que nós estamos testemunhando, gradativa, de
51 escassez e situações complicadas de acesso à água por parte da população. E
52 ter lavra de aluvião de ouro nos leitos dos rios com licenças ambientais
53 simplificadas nós entendemos que há que se pensar qual seria o
54 encaminhamento ou uma reavaliação sobre esse tipo de lavra de aluvião de
55 ouro nos leitos dos rios. Por quê? No caso do rio das Velhas, que conhecemos
56 bem – inclusive o próprio Instituto Guaicuy tem uma grande atuação nessa área
57 –, nós somos conhecedores de que no leito do rio das Velhas tem muito metal
58 pesado. Inclusive, a captação da Copasa, com seu tratamento, não elimina da
59 água que a população bebe metais pesados. Uma lavra de aluvião que revolve
60 o leito do rio onde tem esses sedimentos é lógico que vai trazer esses
61 sedimentos e vai ampliar mais ainda o impacto à qualidade do rio das Velhas
62 antes da captação de Bela Fama, isso sem se falar que não existe um controle
63 real se o empreendedor não está usando os produtos químicos para realmente
64 já fazer a separação do que é areia e do que é ouro. Então eu só estou
65 trazendo aqui um informe que foi solicitado trazer. Nós entendemos que não se
66 pode colocar mais em risco o que ainda se tem de garantia de acesso à água
67 com qualidade, porque, inclusive, a nosso ver, esse caso específico envolve a
68 saúde pública. E um outro caso que também solicitaram que eu trouxesse em
69 ‘Assuntos Gerais’, diretamente relacionado com legislação e com água, é a
70 questão de disposição de rejeito em cava diante do fato de que em 2020,
71 também através de uma licença ambiental simplificada, foi licenciada a
72 disposição do rejeito do rompimento da barragem em Brumadinho, pela Vale, a
73 disposição desse rejeito na cava da mina Córrego do Feijão, com questões que
74 nós sociedade consideramos graves. Porque a cava Córrego do Feijão chegou
75 ao lençol freático, e esse rejeito está sendo colocado numa cava com essa
76 questão que tem possíveis e quase certos impactos às águas subterrâneas,
77 àquela questão do território, que é a parte hidrogeológica. E isso também com a
78 licença ambiental simplificada concedida pela Supri, apesar de serem rejeitos
79 de mineração de ferro numa cava que já chegou ao nível ou passou do nível do

80 lençol freático. Essas são as nossas colocações aqui no início na reunião,
81 porque essa Câmara é normativa e recursal, é um espaço para se tratar, como
82 está nos objetivos, do que tem a ver com a questão da água. E essas três
83 questões que eu trouxe aqui nós entendemos muito graves, e tem que ser
84 encontrada uma forma de que seja reavaliado o que está sendo concedido de
85 licenças para essas atividades nesse formato.” Presidente Thiago Figueiredo
86 Santana: “A secretaria executiva gostaria de se manifestar sobre o envio da
87 apresentação com os dados atualizados, por gentileza?” Vânia Mara de Souza
88 Sarmento/SE MAD: “Estamos verificando a disponibilização da apresentação no
89 site. Assim que verificado eu retorno.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “A
90 minha fala será breve, só para poder colocar aqui e chamar os demais
91 conselheiros também à temática, um tema que tem nos causado preocupação e
92 estamos acompanhando há algumas semanas, inclusive também atividades do
93 IGAM, Defesa Civil e demais entidades, acerca da evacuação de pessoas que
94 se encontram na zona de autossalvamento de uma barragem de água em
95 Paraisópolis, Sul de Minas. Questão extremamente preocupante, impacta a vida
96 de diversas pessoas, pessoas atingidas, impactadas. E nos causa preocupação
97 porque, fazendo um paralelo com a temática de barragem de rejeito de
98 mineração, onde nós tivemos episódios tristes, trágicos, na história do nosso
99 Estado, fato é que as barragens de água me parecem que não têm tido, de uma
100 forma geral, o mesmo olhar que as barragens de mineração, após as tragédias,
101 acabaram tendo. O mesmo olhar que as barragens de mineração, após aqueles
102 dois eventos traumáticos vivenciados na nossa história recente, as agências, os
103 órgãos, de uma forma geral, voltaram. Me parece que nós precisamos também
104 ter essa atenção, uma vez que há algumas dessas estruturas que são antigas,
105 construídas décadas atrás. Muitas vezes os municípios, quando se tratam de
106 estruturas pertencentes aos municípios, não tem informações adequadas sobre
107 como foi o método construtivo, quais são as características do solo, quais são
108 as informações geotécnicas e por aí. A situação que nós estamos enfrentando
109 hoje em Paraisópolis, em que a atual gestão do município tem tentado buscar
110 informações, mas existe um verdadeiro desconhecimento, já que se trata de
111 uma estrutura construída há muitos anos. Então eu venho compartilhar com os
112 conselheiros essa preocupação do Ministério Público. Já manifestei junto ao
113 IGAM, espero que tenha chegado à Presidência, ao Marcelo Fonseca, a nossa
114 intenção de estreitarmos alguns diálogos para que possamos ter uma força de
115 trabalho para que possamos analisar, de forma adequada, as estruturas que
116 também são preocupantes, que também tem pessoas em sua zona de
117 autossalvamento, também precisam de um plano de ação de emergência. E
118 muitas vezes isso não é verificado aos casos concretos. Não estou falando aqui
119 de município, necessariamente, mas de estruturas de contenção de água de
120 uma forma geral. Quero registrar aqui que, de fato, o município de Paraisópolis
121 tem envidado esforços para poder atuar no caso concreto. Não estou fazendo
122 aqui um juízo de valor, não é isso, mas é importante que voltemos nossos olhos

123 para essas estruturas, voltemos os nossos olhos para os impactos que elas
124 podem causar nas famílias que estão a jusante, para que assim possamos
125 evitar situações calamitosas que eventualmente possam acontecer. Só
126 compartilhar isso com os demais conselheiros.” Presidente Thiago Figueiredo
127 Santana: “Conselheiro Felipe, eu já entrei em contato com a diretora de
128 Monitoramento Hidrometeorológico e Eventos Críticos do IGAM, e na próxima
129 reunião da CNR nós vamos fazer uma apresentação sobre a atuação no
130 controle das barragens de reservação de água, que são de responsabilidade do
131 órgão outorgante. Eu acho que é importante trazer esse nivelamento de
132 informações, até porque é um universo de barragens muito maior que as
133 barragens de mineração que existem no Estado, e também algumas com muitos
134 anos de construção, sem qualquer tipo de informação técnica para auxiliar
135 nesse processo de mitigação quando ocorrem essas fissuras e outros
136 problemas da estrutura. Então fica para a próxima reunião uma apresentação
137 sobre esse item, até atender a expectativa do senhor. E sobre a questão de
138 Paraisópolis o atendimento está sendo feito junto com a Cedec, algumas
139 intervenções estão sendo feitas, as pessoas já foram retiradas da zona de
140 autossalvamento. Além de tudo, está sendo feito rebaixamento do nível da água
141 da represa para fazer uma melhor avaliação da estrutura. São as informações
142 que eu tenho de pronto aqui.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Só para
143 poder complementar. Sim, essas informações nós estamos acompanhando.
144 Chegamos a fazer uma recomendação à Defesa Civil para que efetuasse a
145 evacuação há 15 dias, aproximadamente, que havia algumas resistências, e
146 havia necessidade de evacuação de pronto. E o Ministério Público, inclusive,
147 ajuizou ação já na Comarca há mais de uma semana sobre questões de
148 segurança de barragens de água. Mas eu queria, apenas para compartilhar com
149 os conselheiros, o porquê do meu comentário. Vejam a situação de
150 Paraisópolis. Durante a auditoria externa, em junho de 2020, houve uma
151 orientação da auditora para que fosse acionado o plano de ação de emergência.
152 E somente agora neste ano, quando a situação só se agravou, é que nós
153 tivemos essa implementação. Por que eu coloco isso? Durante esse tempo
154 todo, no período chuvoso do ano anterior, poderia ter acontecido uma tragédia.
155 Então eu acho a essas estruturas precisamos realmente voltar os olhos. Mais
156 uma vez, não estou fazendo juízo de valor, mas clamando para que possamos
157 fazer esse trabalho, e estamos à disposição, senhor presidente, para que o
158 Ministério Público possa, dentro das suas atribuições, contribuir naquilo que ele
159 pode contribuir, para que façamos esse trabalho conjunto, que é em prol da
160 sociedade mineira. Só para poder compartilhar mais esse dado para
161 exemplificar o quanto importante é esse nosso trabalho.” Conselheiro Carlos
162 Alberto Santos Oliveira: “São duas perguntas. Primeiro para o Dr. Felipe Faria.
163 A ação ajuizada, Dr. Felipe, qual o objeto? E segundo para a Presidência: se
164 ainda nesta reunião de hoje é possível prestar mais algumas informações. Esse
165 assunto interessa muito à Faemg.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “No

166 caso, como no município de Paraisópolis, o abastecimento de água é feito pela
167 SAAE municipal, foi ajuizada uma ação em desfavor do município, o SAAE, que
168 tem personalidade jurídica, para que implementasse uma série de medidas
169 emergenciais e elaboração de estudos para medidas definitivas posteriores para
170 garantir a segurança da estrutura. De forma que, quando houver uma
171 segurança e uma redução do nível de emergência, as famílias possam,
172 inclusive, eventualmente, retornar às suas moradias. Eu sei que essa pergunta
173 não foi direcionada à minha pessoa, mas atualmente as famílias que foram
174 evacuadas se encontram em hospedagens custeadas pelo município, e o
175 desafio em realidade hoje é a retirada dos animais. A última informação – posso
176 estar desatualizado por causa do final de semana, peço desculpas – é que
177 estava um desafio encontrar um local adequado para os animais que
178 permaneciam na zona de autossalvamento. A situação continua preocupante,
179 realmente existe um esforço no rebaixamento do nível de água para diminuir a
180 pressão na estrutura e também, no caso de eventual sinistro, o impacto que
181 possa causar, mas esse próprio rebaixamento eu acho que precisamos discutir
182 com os órgãos técnicos a velocidade, a intensidade, já que nós estamos
183 aproximando do período chuvoso e nós temos visto chuvas decamilenares com
184 frequência maior do que estamos acostumados. Então isso nos causa um
185 pouco de preocupação. Então a ação ajuizada, conselheiro, foi realmente
186 direcionada em desfavor do município no sentido de buscar medidas
187 emergenciais, ser feito um trabalho técnico, ser feita a revisão da zona de
188 autossalvamento, que são medidas que visam garantir a salvaguarda da
189 integridade física das pessoas que estão abaixo da barragem.” Presidente
190 Thiago Figueiredo Santana: “Carlos Alberto, eu não estou com as informações
191 de pronto aqui e vou pedir ao senhor para aguardar com certeza ansiedade na
192 nossa próxima reunião, que a equipe técnica que atua sobre essa temática vai
193 estar aqui presente para fazer o esclarecimento. Eu peço a compreensão nesse
194 sentido. Senhores, eu vou pedir à secretaria executiva para passar uns vídeos
195 institucionais, neste momento, sobre algumas premiações recebidas pelo
196 Sistema e reforçar o convite a todos os senhores e também a quem está nos
197 acompanhando no YouTube para o XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos
198 Hídricos, que vai ser realizado em Belo Horizonte, de 21 a 26 de novembro.
199 Aproveitar, antes dos vídeos, e dar as boas-vindas à Prefeitura de Belo
200 Horizonte, que tomou posse em substituição à Prefeitura de Betim. Sejam bem-
201 vindos à nossa reunião, à nossa Câmara Normativa e Recursal.” Em seguida,
202 foram feitas exibições de vídeos institucionais sobre a realização do XXIV
203 Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, em Belo Horizonte, e as premiações
204 recebidas pelos órgãos do Sisema no Prêmio Gestão Ambiental, da ONG
205 Zeladoria do Planeta, sobre os seguintes temas: - Ação de educação ambiental
206 do Parque Estadual do Limoeiro; - Programa Diálogos com o Sisema; -
207 Programa Fiscalização Ambiental Preventiva na Indústria (Fapi); - Sistema de
208 Emissão de Boletins e Alertas Meteorológicos, do IGAM. Vânia Mara de Souza

209 Sarmento/SEMAD: “Senhor presidente, só para informar à conselheira Maria
210 Teresa e aos demais que já foi disponibilizado o link. Ele estava publicado, nós
211 tiramos e voltamos de novo. Teca, se você puder olhar por gentileza agora se
212 está acessando, só para verificar e atender a sua demanda.” **3) EXAME DA**
213 **ATA DA 3^a REUNIÃO DA CNR.** Aprovada por unanimidade a ata da 3^a reunião
214 da Câmara Normativa e Recursal, realizada em 4 de outubro de 2021, com a
215 seguinte correção: – Linha 236, onde está escrito “e não águas superficiais”,
216 leia-se “e não há águas superficiais”. Votos favoráveis: Segov, MPMG, Seapa,
217 Sede, Seinfra, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Santa Bárbara, Fiemg,
218 Faemg, Ibram, Copasa, Siamig, Instituto Guaicuy, UFU, Crea e UFMG.
219 Ausências: Prefeitura de São João do Manteninha, Prefeitura de Viçosa e
220 CRBio. Abstenção: Prefeitura de Belo Horizonte. Abstenção justificada pelo
221 motivo de o conselheiro representante da Prefeitura de Belo Horizonte não ter
222 participado da 3^a reunião da CNR, tendo em vista ter tomado posse nesta data.
223 **4) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO CONTRA A**
224 **APLICAÇÃO DE PENALIDADES REFERENTE À INFRAÇÃO ÀS NORMAS DE**
225 **UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.** **4.1) JMG Participações,**
226 **Empreendimentos e Agropecuária Ltda. Divinópolis/MG.** Infração:
227 descumprir as orientações técnicas dos órgãos ambientais, nos casos de
228 dano ou ameaça de dano à população e/ou recursos hídricos. PA
229 708732/2021, AI 233309/2020. Apresentação: Núcleo de Auto de Infração
230 (NAI/IGAM. Retorno de vista: Faemg. Recurso indeferido por maioria nos
231 termos do parecer do IGAM. Votos favoráveis ao parecer do IGAM: Segov,
232 MPMG, Seapa, Sede, Seinfra, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Belo
233 Horizonte, Prefeitura de Viçosa, CRBio, Instituto Guaicuy, UFU, Crea e UFMG.
234 Votos contrários: Fiemg, Faemg, Ibram e Copasa. Ausências: Prefeitura de São
235 João do Manteninha, Prefeitura de Santa Bárbara e Siamig. Justificativas de
236 votos contrários. Conselheira Denise Bernardes Couto: “Voto contrário por
237 entender que a forma de correção monetária dos valores aplicados deveria
238 ocorrer pela tabela da Corregedoria do Tribunal de Justiça.” Conselheiro Carlos
239 Alberto Santos Oliveira: “Voto contrário pelas mesmas razões elencadas pela
240 conselheira Denise e por entender, no mérito, que houve, sim, a entrega do
241 documento dentro do prazo legal.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Eu voto
242 contra pelos mesmos motivos apresentados pela Dra. Denise.” Conselheiro
243 Nelson Cunha Guimarães: “Contrário pelos motivos já expostos, a questão da
244 correção.” **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO**
245 **DE OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS.** **5.1)**
246 **Bioenergética Vale do Paracatu S/A. João Pinheiro/MG.** Processo de
247 Outorga 26250/2014. Captação em corpo d’água para Irrigação. SEI
248 2240.01.0005486/2021-14. Apresentação: IGAM/Urga Noroeste de Minas.
249 Retorno de vista: Faemg, Siamig, Fiemg e Ibram. Recurso indeferido por
250 maioria nos termos do parecer do IGAM. Votos favoráveis ao parecer do IGAM:

251 Segov, MPMG, Seapa, Sede, Seinfra, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de
252 Belo Horizonte, Prefeitura de Viçosa, Prefeitura de Santa Bárbara, Copasa,
253 CRBio, Instituto Guaicuy, UFU, Crea e UFMG. Votos contrários: Fiemg, Faemg,
254 Ibram e Siamig. Ausências: Prefeitura de São João do Manteninha.
255 Justificativas de votos contrários. Conselheira Denise Bernardes Couto: “Voto
256 contrário por entender que não houve descumprimento de condicionante, o
257 indeferimento do processo deveria ter sido por outro motivo, tal qual a
258 caducidade do direito de outorga, e que o processo eu entendo que deveria ser
259 baixado em diligência. Mas, como não foi, então meu voto é contrário.”
260 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Voto contrário pelas mesmas
261 razões elencadas pela conselheira Denise.” Conselheiro João Carlos de Melo:
262 “Meu voto é contrário pelos motivos já comentados, acrescentando algo mais,
263 especificamente, sobre como foi apresentado esse auto de infração na
264 documentação encaminhada ao empreendedor. Citava lá que tudo isso seria
265 específico em um determinado item que não estava bem caracterizado, uma vez
266 que o empreendimento não foi implantado.” Conselheiro Jadir Silva de Oliveira:
267 “Também contrário ao parecer porque, no meu entendimento também, a
268 informação complementar solicitada era referente ao cumprimento de uma
269 condicionante que não seria possível de ser cumprida, ser medida. E acho que
270 o indeferimento poderia ter ocorrido, sim, mas com base no artigo 1º, que é a
271 não instalação da outorga dentro daquele prazo de um ano previsto na própria
272 outorga. No próprio corpo da outorga tem essa condição. Então essa é a minha
273 justificativa para o voto contrário.” **6) MINUTAS DE DELIBERAÇÃO**
274 **NORMATIVA CERH-MG PARA EXAME E DELIBERAÇÃO.** **6.1)** Minuta de
275 Deliberação Normativa CERH-MG que altera a Deliberação Normativa
276 CERH-MG nº 66, de 17 de novembro de 2020, que estabelece as Unidades
277 Estratégicas de Gestão do Estado de Minas Gerais. Apresentação:
278 **IGAM/Gerência do Sistema Estadual da Informação em Recursos Hídricos**
279 **(GEIRH).** Item retirado de pauta com pedido de vista do Instituto Guaicuy.
280 Justificativa. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “O Instituto
281 Guaicuy está pedindo vista a pedido dos próprios Comitês de Bacia, através do
282 Fórum, para eles poderem conhecer melhor, inclusive, essa delimitação
283 geográfica, que está só no texto, e eles querem olhar isso.” **6.2)** Minuta de
284 Deliberação Normativa CERH-MG que altera a Deliberação Normativa
285 CERH-MG nº 69, de 9 de agosto de 2021, que estabelece normas gerais
286 para subsidiar a elaboração dos Regimentos Internos dos Comitês de
287 Bacias Hidrográficas, considerando suas competências, funções,
288 composição e estrutura. Apresentação: Gerência de Apoio aos Comitês de
289 **Bacias Hidrográficas e Articulação à Gestão Participativa (GECBH/IGAM).**
290 A Câmara deliberou por unanimidade pela baixa em diligência da minuta de
291 Deliberação Normativa para reavaliação quanto à adequação legal do artigo 1º
292 e atendimento de prazo proposto no artigo 2º. Votos favoráveis: Segov, MPMG,

293 Seapa, Sede, Seinfra, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Belo Horizonte,
294 Prefeitura de Viçosa, Prefeitura de Santa Bárbara, Fiemg, Faemg, Ibram,
295 Copasa, CRBio, Instituto Guaicuy, UFU, Crea e UFMG. Ausências: Prefeitura de
296 São João do Manteninha e Siamig. **7) ASSUNTOS GERAIS.** Conselheira Maria
297 Teresa Viana de Freitas Corujo: “Na ocasião, eu não pedi destaque, mas fui
298 solicitada de manifestar hoje aqui nome do Fórum Mineiro de Comitês de Bacia,
299 através do professor Marcus Vinícius Polignano, que é o que já foi manifestado
300 aqui por mim em nome do Fórum na leitura de um documento enviado pelo
301 Fórum à SEMAD, que tem a ver com o Decreto 48.209, que reformulou o
302 Conselho Estadual de Recursos Hídricos de uma forma, entendida por nós, sem
303 a devida participação democrática, inclusive sem ter havido a participação dos
304 próprios Comitês de Bacia. Manifestar mais uma vez esse posicionamento
305 contrário à forma como foi feito esse decreto e a necessidade, mais uma vez
306 manifestada, de abertura de um diálogo sobre esse tema com os Comitês de
307 Bacia e com a sociedade em geral. Então eu estou aqui reiterando uma
308 manifestação do Fórum Mineiro de Comitês de Bacia, mais uma vez junto ao
309 Estado, seja a SEMAD, o IGAM e todos os agentes públicos, em relação ao
310 Decreto 48.209. E que fique registrado porque foi uma demanda recebida e
311 mais uma vez reiterada aqui. Nós já tínhamos vivenciado em 2015 algo similar
312 em relação ao COPAM, quando houve grandes mudanças no nosso
313 licenciamento ambiental, em nossas estruturas do COPAM sem terem sido
314 deliberadas pelo próprio COPAM. E agora somos testemunhas de algo na
315 mesma direção em relação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. E aí
316 estou reiterando essa solicitação de se abrir e se iniciar um diálogo sobre esse
317 tema, já que o decreto não contemplou a participação da sociedade e dos
318 Comitês de Bacia.” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Só fazer um
319 esclarecimento que foi formalmente recebido pela SEMAD, e a secretaria deve
320 se manifestar. Eu creio que devido a alguns contratemplos até por causa da
321 viagem à COP-26 não tenha ocorrido em tempo oportuno, mas é sabido
322 internamente que ela vai se manifestar. E o nosso diretor-geral do IGAM
323 informou que ela se manifestará até mesmo junto ao Fórum Mineiro de Comitês
324 de Bacia.” **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem
325 tratados, o presidente Thiago Figueiredo Santana declarou encerrada a sessão,
326 da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

331 **Thiago Figueiredo Santana**
332 **Presidente da Câmara Normativa e Recursal**